

O Retorno a uma Identidade Originária – Ideia de Coletividade a partir da Teoria da História em Marx

Anderson Prado*

Returning an Identity Arising – Collectivity Idea from Theory of History in Marx **Abstract**

This article aims to present an approach to some concepts of active social movements in contemporary society, especially linked to the movements of struggle for land. "To this end, we used some concepts already formulated and others" training. "based on some theoretical authors floating between sociology, history and philosophy, thus trying to find the point of orientation to legitimate historical / theoretical social movements, which seems justified in Marx and his concept of the separation between "human nature".

Keywords: social struggles, identity, community.

Volver asta una Identidad Originaria – La Idea de Colectividad en la Teoría de la Historia en Marx

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar un enfoque sobre algunos conceptos de los movimientos sociales más activos en la sociedad contemporánea, sobre todo, vinculados a los movimientos de lucha por la tierra ". Con este fin, hemos utilizado algunos conceptos ya formulados y otros en "entrenamiento". En base a algunos autores teóricos flotando entre la sociología, la historia y la filosofía, tratando así de encontrar el punto de orientación para legitimar histórico / teórica de los movimientos sociales, que nos parece justificado en Marx y su concepto de la separación entre la "naturaleza humana".

Palabras claves: las luchas sociales, la identidad, la comunidad.

Resumo

Este artigo tem por finalidade fazer uma abordagem sobre alguns conceitos dos Movimentos Sociais mais atuantes na sociedade contemporânea, sobre tudo, movimentos ligados a “luta pela terra”. Para tal, lançamos mão de alguns conceitos já formulados e outros ainda em “formação”. Tendo como base teórica alguns autores que flutuam entre a sociologia, história e filosofia, tentando assim, achar o ponto de orientação para a legitimação histórica/teórica para os Movimentos Sociais, que ao que nos parece justifica-se em Marx e sua concepção de separação entre “homem natureza”

Palavras-Chave: lutas sociais, identidade, coletividade.

Introdução

A ideia de construção da identidade social pode ser percebida no âmbito das projeções simbólicas engendradas nas práticas do cotidiano, sobretudo, atentando-se às diferenças culturais dos grupos humanos. A trajetória desse trabalho versará sobre personagens que constituem, de diversas formas, a base de uma (re)construção identitária no que diz respeito à sociedade contemporânea. Nisso, falamos diretamente de grupos identitários formados sobre a égide de um embate social. Sabe-se que tais “levantes”

se dão em torno de reivindicações tendo no coletivo sua maior força. Como exemplo de movimentos sociais sobre os quais já se construiu uma identidade a partir de sua coletividade, podemos citar, entre tantos, os movimentos pelo “direito à terra”, os quais norteará essa pesquisa.

O Movimento que também se mostra como uma das mais ousadas “batalhas”, senão a maior, legitimada pelos Movimentos Sociais no país. Com isso, se faz pertinente uma descrição, contudo não

*. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História - UNISINOS-RS.

minuciosa sobre as características e origens, assim com também sobre a teorização dos “ditos” Movimentos Sociais.

Os movimentos sociais constituem um dos temas mais relevantes da História, contemporânea, apresentando uma gama de abordagens e segmentos teóricos que permitem caracterizar e compreender os movimentos e sua importância social. Não são novidades perante a história, porém, à medida que as sociedades se tornaram mais participativas, democráticas e menos autoritárias, esses movimentos sociais adquiriram uma relevância cada vez maior: “Os movimentos sociais se configuram como mecanismos, através dos quais o povo se manifesta e se organiza para reivindicar aquilo que diz respeito a seus interesses e necessidades” (SILVA, 2001, p. 91).

A história mostra que os movimentos sociais sempre estiveram presentes em todas as sociedades: movimentos de escravos e religiosos na Antiguidade, movimentos de mercadores na Baixa Idade Média, etc. Com o advento do capitalismo, surgiram os movimentos operários. Hoje temos os chamados “novos” movimentos sociais, tais como movimentos ecológicos, pacifistas, feministas, entre outros. Existem várias teorias sobre movimentos sociais que buscam explicar suas origens, como veremos a seguir.

Teoria da Opressão

Também chamada de Teoria da Tensão e Carência, tem um caráter marxista. Marx e Engels propunham aos trabalhadores a revolução como alternativa de luta contra o capitalismo. Essa teoria propugna por melhores condições de vida ou, simplesmente, pelo combate à miséria.

A opressão pode ser de vários tipos: de discriminação no trabalho, na distribuição de bens e serviços, na limitação dos recursos na educação, na oportunidade habitacional, no acesso aos benefícios sociais, nas restrições de toda ordem, inclusive na impotência política. (TRUJILLO, 1993, p. 511-513).

Ou seja, aqui Afonso Trujillo relata que o indivíduo que tem no seu cotidiano inúmeras privações sociais, e onde os limites do sociável beiram o fim, vê formarem-se as condições para a criação e desenvolvimento de Movimentos Sociais. Nisso, alguns marxistas são contundentes em direcionar a fragmentação das relações humanistas entre proprietário e expropriado ao avanço capitalista e à ascensão burguesa, pois, onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia pôs fim a todas as relações patriarcais, feudais e eliminou qualquer modo de ligação entre os homens que não fosse o interesse nu e cru, senão o frio “dinheiro vivo”. Reduziu a dignidade pessoal a simples valor de troca. A exploração do trabalho, antes disfarçada sob ilusões religiosas e políticas, a seguir com o domínio burguês, foi substituída pela exploração aberta, cínica e brutal. Para Marx, a burguesia não conhecia fronteiras, alastrava-se pelo mundo inteiro expurgando culturas, eliminando relações afetivas, resumindo tudo à produção/lucro: “A burguesia submeteu o campo à dominação da cidade”. (MARX, ENGELS, 2006)

Contudo, com relação à teorização dos Movimentos Sociais por concepções marxistas, as mesmas podem não ser suficientes, segundo Maria da Glória Gohn (2004), apesar de teóricos dos Movimentos Sociais simpatizarem com o neomarxismo, o qual aborda tais movimentos a partir da ideologia, luta social e consciência, e faz isso no âmbito estrutural, deixando assim a ação do indivíduo oculta. Nisso relata Maria Glória Gohn:

A negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre. Apesar da simpatia de teóricos dos NMS pelo neomarxismo, que enfatiza a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva, o marxismo foi descartado porque trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. Por isso não daria conta de explicar as ações que advêm de outros campos, tais como o político e, fundamentalmente, o cultural. (GOHN, 2004, p. 122.)

Teoria da mobilização de recursos

As inúmeras teorias sobre o tema nos permitem transitar entre muitas disciplinas acadêmicas, fazendo de tal abordagem um vasto campo para pesquisa. Nisso, a socióloga Eni Ferreira da Silva comenta que opressão, carência e tensão não são suficientes para explicar o surgimento de todos os movimentos sociais: “Em todas as sociedades há sempre pessoas descontentes com o nível de equilíbrio social. Essas pessoas necessitam de líderes que organizem o movimento e que tenham poder e recursos, bem como capacidade de mobilizar seguidores” (SILVA, 2001, p. 101).

Com isso analisa-se que o Movimento Social vai além da necessidade de um indivíduo ou grupo, e sim exige uma mobilização, de certa forma organizada, para que tome forma, coesão e seja reconhecido como movimento. Tendo analisado sucintamente tais teorias, vemos que no Brasil nenhum movimento foi tão importante e de tamanha repercussão como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, o qual tem sua história ligada às lutas pela terra e que quase três décadas após sua fundação ainda se mostra atuante na sociedade, porém, a história desse importante Movimento Social será relatada adiante nesse trabalho.

A luta pela terra não é algo recente. Tal busca muitas vezes tem como objetivo a sobrevivência do homem, a preservação de sua cultura e a auto-afirmação social. Mas, tendo sempre como agente histórico social o homem. Nisso, o mesmo vê na terra um meio tanto de sobrevivência como de proteção à instabilidade da sociedade em que vive, fazendo da terra algo indispensável para sua existência, sentimento que se arrasta pelo tempo, sociedades e culturas, mas que continua como princípios do homem como “ser existencial”. Para o “exercício” desses anseios, ou seja, para que seja possível tal luta, o homem teve que reconhecer-se como parte de uma classe, criando assim, conscientemente ou não, uma identidade.

Alguns autores e suas teorias

Como essa pesquisa foi direcionada aos Movimentos Sociais ligados ao campo, ou seja, sobre as vicissitudes no decorrer de determinado período relacionadas à luta pela terra, buscamos nos embasar também em alguns autores que teorizaram sobre o tema e que contribuíram para uma abordagem teórica sobre o assunto. Alguns historiadores abordam a “consciência de classe” de maneira histórica. Eduard Palmer Thompson fundamenta isso em seus livros: *A formação da classe operária inglesa I e II: A árvore da Liberdade e A maldição de Adão*: “Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses” (THOMPSON, 1997, p. 10).

Segundo ele, não por acaso que as experiências norteiam, e muito, o sentido de um grupo ou sociedade. No caso da História Social, elas se fazem presentes constantemente nas relações de cultura e poder entre os “personagens” de uma sociedade, os quais protagonizam um fazer histórico de sua cultura, e tendo nas divergências o ponto principal para legitimar suas ideias e interesses.

É no bojo desse discurso que E.P.Thompson fundamenta seus conceitos em relação à experiência, os quais embasaram teoricamente essa pesquisa. Thompson, em seus livros *A formação da classe operária inglesa vols. I e II*, relata a formação de uma classe, e posteriormente a formação da classe camponesa, lançando a ideia de que a classe não se formou da noite para o dia, “e no amanhecer estava lá como o sol, numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”. (THOMPSON, 1997, p. 10) Segundo Thompson, pode-se analisar que as experiências são a base para a formação de uma consciência de classe, mesmo nos deparando com exemplos de trabalhadores que têm as mesmas experiências no trabalho ou em seu meio cultural, mantêm as mesmas regras, participam de leis parecidas, padecem dos mesmos “sofrimentos” em seus trabalhos. Parecem formar uma classe, mas, segundo o autor, isso não é o suficiente para a formação da consciência, pois muitas vezes as pessoas agem quase que automaticamente no seu cotidiano como seres condicionados. Mas, seria a partir dessas experiências que a consciência de classe tomaria forma, vivenciando as mesmas experiências, porém, tendo a “noção” de que fazem parte de uma classe, com relações de trabalhos e de cultura, sejam elas servis ou patronais. Cada trabalhador fazendo das divergências entre essas experiências a busca pela legitimidade de sua classe.

Contudo, o autor faz uma crítica a alguns textos marxistas contemporâneos que deturpam a ideia de classe, e relata que “ela é tomada como tendo uma existência real, sendo muitas vezes definida quase que matematicamente. “Existe uma tentação generalizada em se supor que a classe é uma coisa. Não era esse o significado em Marx, em seus escritos históricos, mas o erro deturpa muitos textos “marxistas” contemporâneos”. (THOMPSON, 1997, p. 11) Também faz uma crítica a Althusser em sua outra obra “A teoria da miséria” em especial à negação que os althusserianos fazem ao “conteúdo de vida”. Para Thompson, tal maneira de abordar a história pode desconsiderar complexidades que ajudam a entender tais experiências.

Assim, a partir de diferentes contradições econômicas e sociais, e problemas, emergem novas experiências e esperanças, novos pensamentos e valores que expressam as respostas humanas aos acontecimentos e às eventuais mudanças. Tais aspectos, segundo Thompson, seriam irrelevantes para Althusser, que nega a importância do “conteúdo da vida”, “do povo”, “mundo real”, o qual, segundo Thompson, uma pesquisa mais profunda pode revelar as complexidades dinâmicas da experiência vivida no movimento da história. (MULLUER, 2007, p. 97)

Com base em seus conceitos, Thompson estuda a formação da classe camponesa, entre o final do séc. XVIII e início do séc. XIX, na Inglaterra, onde se concentrava “o maior grupo de trabalhadores dentre todos os setores – os camponeses” (THOMPSON, 1997, p. 44), que viviam e trabalhavam em terras comunais e na grande maioria praticando uma agricultura de subsistência, nas quais alguns tinham o direito da produção e outros apenas usufruíam daqueles poucos “acres” de terra com sua força de trabalho. Essas terras geralmente não eram legitimadas como posse comum daquela ou de outra comunidade, e eram na maioria das vezes terras há muito tempo ocupadas por trabalhadores que, com suas famílias, se uniam e usufruíam delas para o sustento, tendo no trabalho agrícola não mecanizado sua única forma de vida.

Com o passar do tempo, estes trabalhadores rurais, além do trabalho pesado, também tinham de enfrentar a insegurança de seu sustento, pois esse sistema de trabalho começara a sucumbir com o avanço dos “cercamentos”, que culminaram em uma distinção aparente entre os camponeses que “acordaram” para a consciência de classe e os que apenas lamentaram a perda de seu espaço. Isto não diferenciou o desfecho de ambos, que foram engolidos pelos grandes cercamentos. De um vilarejo a outro este sistema avançava dizimando a economia de subsistência dos pobres, que já era precária, e tendo como único argumento, usado pelos defensores dos cercamentos, o aumento de produtividade e das rendas.

O indivíduo sem prova legal dos seus direitos, raramente era compensado. Aquele que conseguia prová-los recebia um pedaço de terra impróprio para prover a sua subsistência, sendo obrigado a arcar com uma parcela desproporcional nos altos custos dos cercamentos. (THOMPSON, 1998, p. 45)

E isso caracterizou o roubo legalizado contra os camponeses que pouca coisa puderam fazer. Sendo assim, os cercamentos representaram uma “corrosão” nas relações consuetudinárias dos homens com os meios de produção agrícola. As conseqüências foram drásticas, principalmente no campo, culminado em uma falta de perspectiva na grande maioria dos camponeses, além da opressão presente.

Mas, como Thompson relata, faz-se presente também nesse período um “nascido” da classe camponesa, que adquire uma noção de identidade. Alguns camponeses encurralados pelo sistema de cercamentos organizam-se e exigem melhores condições, mesmo através da violência, tendo algumas vezes suas reivindicações aceitas. Mesmo que timidamente, isso criou uma identidade no homem do campo, que futuramente viria a legitimar essa identidade como símbolo de classe em muitos países, inclusive no Brasil.

Elias Brandão (2003), historiador brasileiro, também relata sobre o tema, toma a consciência como fruto dos conflitos sociais. Diz que a consciência deriva do significado de que consciência é saber que está fazendo, fazer algo com ciência de que está fazendo. “A consciência, a rigor, não é potência, mas ato [...]. [Ela] implica [...] a relação do saber com outra coisa. Ora, a implicação do saber a uma coisa realiza-se por um ato”. (RUSS, 1994, p. 48)

Contudo, Elias Brandão ainda comenta que, a seguir ao ato de “emergir” para a consciência, vem a consciência filosófica, ou seja, uma fase de questionamentos daqueles que resolvem não apenas participar dessa “classe”, mas sim buscar também o conhecimento através do questionamento. Com isso, destina-se ao indivíduo que busca tal conhecimento a consciência filosófica.

Em um assunto tão fértil, não são raras as divergências entre autores. Para Marx, o trabalho é o principal elemento da sociedade. Exercendo o trabalho é possível pensar, comunicar-se, interagir em relações sociais, e de certa forma desenvolver uma determinada consciência. Porém, uma sociedade capitalista se fundamenta no trabalho organizado, e isso dá origem às classes sociais, nas quais o proletário tem sua força de trabalho explorada pelo burguês (dono dos meios de produção). Ocorre então uma desarmonia social, determinando o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, sendo esta relação dependente uma da outra. “Só existem proprietários porque há uma massa de despossuídos, cuja única propriedade é sua força de trabalho, que precisavam vender para assegurar a sua sobrevivência”. (COSTA, 1997, p. 86)

Segundo Marx há uma linha de certa forma “pessimista” em relação às classes sociais (proletários - burgueses), afirmando que os empregados são submetidos a uma dominação econômica, fazendo de sua força de trabalho uma mera mercadoria lucrativa para a classe burguesa. Tendo em vista que, para Marx, o trabalho para a burguesia é sinônimo de conforto, riqueza e esperança, e para o proletário o trabalho gera sacrifícios, privações sociais e a não liberdade, fica evidente o papel do proletário dentro do sistema capitalista, ou seja, a partir da sua dominação ele cria condições para o desenvolvimento das forças produtivas e para ampliação dos excedentes da produção pró-capitalista, mas este processo ocasiona um progressivo distanciamento entre as classes sociais, existindo uma que se aproveita enquanto a outra definha.

Considerando estes descompassos que alimentam o antagonismo entre as classes sociais, é interessante a retomada de uma posição proletária mais gregária, possibilitando o despertar da consciência de classe defendida por Marx.

Contudo, para a filósofa Marilena Chauí, essa interação entre os proletários é uma forma de consciência.

[...] se a práxis é socialmente determinada, se a consciência é determinada pelas condições sociais do trabalho, nem tudo está perdido. Pelo contrário. [...] no capitalismo industrial as condições de trabalho forçam os trabalhadores a trabalhar juntos e conviver em seu local de trabalho (CHAUÍ, 2000, p. 420).

Segundo Chauí, estão dadas aos trabalhadores, as condições de reconhecerem-se como classe, com consciência para suas reivindicações.

Com o advento do capitalismo, essa diferença social fica notória na sociedade, a distância entre o dono dos meios de produção e o proletário se torna cada vez maior, e, nesse processo, Marx usa o conceito de mais-valia. A mais-valia passa a ser a principal ferramenta usada pelo proprietário capitalista para garantir a dominação econômica sob a classe proletária, alimentando assim todo o mecanismo que gera as crescentes desigualdades sociais dentro do modo de produção capitalista. Ela consiste na apropriação de todo o excedente de trabalho do proletário, transformando-se em mais capital ao patrão, que então paga pela força de trabalho o suficiente apenas para a subsistência do proletário, que novamente trabalha e produz o excedente, mantendo esse vínculo que é “combustível” para a desigualdade social. Enfim, fica claro que, com o passar dos anos, o homem aprendeu com seu trabalho, com sua luta e com suas experiências, fazendo de seu “laboro” uma “ante-sala” para reconhecer-se como agente social, ou seja, identificar-se como classe e adquirir espaço no meio social. Isso se deu na maioria dos meios das categorias sociais e, como não haveria de ser diferente, no campo essa consciência teve fundamental importância, pois como já foi dito, a luta pela terra sempre norteou os anseios do homem.

O cultivo da terra, seja em grande ou em pequena escala, sempre foi importante para qualquer sociedade. Uma nação não sobreviveria sem a terra e, nesse meio, tanto as relações de trabalho como a luta pela posse sempre foram de certa forma conflituosas, gerando, no decorrer da história, contendas, conflitos e guerras.

Considerações Finais

Após buscar, analisar teorias que legitimassem a luta dos Movimentos Sociais em vários autores, acaba-se por quase que obrigatoriamente remeter-se a Marx no que tange a ideia de que o homem individualizou-se pelo processo histórico, deixando assim de “agir” em grupo, sendo assim o Movimento Social, sobretudo, ligado à luta pela terra, “soa” como um retorno ao estado natural do homem.

Com isso, entende-se que ao trabalhar com a temática dos movimentos sociais faz (res)surgir, dos mais profundos recantos do eu de cada um de seus integrantes, um mar de paixões até então recalçadas e que aparecem como o motor mais fundamental da luta contra a opressão e contra as mazelas da existência nesta sociedade pautada apenas pela avidez do lucro e valorização e revalorização constante e ininterrupta do capital.

Justificar – explicar a justeza – da luta de homens e mulheres simples contra a sede voraz do capitalista por mais e mais mais-valia não nos parece tarefa fácil, pois vivemos numa sociedade onde o direito à apropriação privada da riqueza social justifica-se como o fundamento mais elementar da liberdade e igualdade dos indivíduos membros da sociedade civil burguesa. Com isso, a ideologia dominante busca nos ideais democráticos os argumentos que legitimam a forma da mentalidade que impera na contemporaneidade, configurando assim toda a superestrutura legal e moral na qual se baseia a exploração entre as classes sociais. Desta forma, nesta sociedade, possuir propriedade privada e (supostamente) trabalhar para valorizar esta sua possessão, aparece, aos olhos da ideologia burguesa, como a mais alta forma de glorificar e render homenagens ao deus-capital, o qual retribuiria – como dádiva – os votos de gratidão a seu (restrito) povo-eleito com mais e mais riqueza, dando-lhes possibilidades aparentemente infinitas de acumulação de capital, capital este produzido pela classe daqueles que não teriam sabido render as justas homenagens ao deus e têm agora que pagar eternamente com o suor de seu trabalho diário e ao longo de todas suas miseráveis e deploráveis vidas.

Desta forma, em sociedades pautadas pela apropriação privada da riqueza, sobretudo na sociedade burguesa – apropriação justificada ideologicamente pela lógica calvinista/cristã do trabalho como caminho necessário para salvação da alma –, onde não apenas a propriedade privada em-si da riqueza social, mas também a valorização e revalorização da mesma, possibilitando o acúmulo/aumento de tais riquezas privadas, a concentração dos meios de produção – especialmente da terra – aparece não apenas como um direito do proprietário privado, mas como a condição necessária não só para sua sobrevivência terrena mas também para a vida no além-mundo.

Nos *Grundrisse*, que é o texto dos esboços de *O capital*, Marx – tentando romper com toda esta justificação de um suposto “direito natural” à propriedade privada da terra – explica que os homens, em suas origens, não são proprietários individuais. Marx explica que os homens são, originariamente, seres gregários que vivem em comunidade. A relação inicial de apropriação das coisas aparece como relação de apropriação comunal das riquezas naturais, onde a terra aparece como “o fundamento mais elementar de toda a existência humana, como o arsenal natural que possibilita extraírem-se as mais básicas condições objetivas para o simples existir dos homens em comunidade” (MARX, 2011, p.279). Os homens se relacionam entre si e com a natureza como co-proprietários dela (não no sentido jurídico do termo). Nestas origens, a terra é o *locus* objetivo possibilitador do surgimento de uma subjetividade regedora do princípio comunal/natural da comunidade. Marx explica, portanto, que a criação do indivíduo – da individualidade, no sentido moderno do termo – é histórica: o homem é por natureza um ser comunal (um ser gregário, um ser de rebanho); o que o individualiza é o processo

histórico, que interpõe, em seu desenvolvimento, a figura do proprietário entre os membros da comunidade e a natureza; interpõe-se, separando a figura do indivíduo apropriador, do indivíduo que impõe seu Eu (sua vontade subjetiva) objetivamente ao modo de apropriação da riqueza material (natural e/ou já produzida pelos homens) como também sobre as vontades dos demais membros da comunidade. Estes, agora, nesta nova relação, nem são exatamente sujeitos (no sentido forte do termo) – pois sua subjetividade/vontade está determinada pela vontade do proprietário – nem mais são proprietários naturais de suas condições objetivas de existência, passando a ter, então, uma relação de alienação – perda de controle, de compreensão, “não-consciência” de seu real *status*, no sentido marxista/hegeliano do termo – tanto com a natureza quanto consigo próprio e com seus semelhantes.

Assim, para se justificar a justeza da luta pela terra na atualidade, pensamos que não é no direito burguês que devemos buscar tal explicação – que fala de direito universal à propriedade, mas que assegura ao mesmo o direito inalienável do proprietário privado (e como já está pressuposto aqui que todas as riquezas do mundo são hoje, de alguma forma, propriedade de alguém [privada ou estatal], acreditamos que seria ingenuidade imaginarmos numa bondade quase divina dos mesmos em redistribuir seus bens de livre e espontânea vontade).

Pensamos que o lugar onde devemos buscar tal justificativa para a justeza da luta pela terra está na formação histórica da sociabilidade humana, tal qual fez Karl Marx, pois é somente na compreensão histórica do processo de separação entre homem e natureza (como dissemos acima) é que podemos compreender e justificar a tentativa de retorno dos homens à sua relação mais fundamental com a natureza: a do retorno ao campo, do retorno àquela relação originária, simples, do homem com o solo, com seu arsenal de objetos e meios para sua subsistência.

Pensamos, portanto, que, no caso do Brasil, é na forma original de distribuição das terras desde o período colonial (como procuramos mostrar no primeiro capítulo) que se encontra a explicação para a altíssima concentração fundiária no país hoje: a má distribuição originária determinou toda a forma de relacionamento com a terra posteriormente, sobretudo a partir do instante em que o modo de produção capitalista fincou suas bases de forma absoluta por estas bandas, industrializando o campo ao mesmo tempo em que expulsou sua população rural para os grandes centros urbanos.

E, parece-nos, exatamente nesta compreensão histórica do processo de (má) distribuição fundiária no Brasil que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra procura justificar a justeza de sua luta pela reforma agrária. A terra é o bastião mais fundamental para a sobrevivência de famílias integrantes do MST que há gerações tiram seu sustento de sua relação com o solo. É desta relação simples – e, às vezes, até mesmo ingênua –, do trabalhador-assentado com a terra que ara, que ele encontra o sentido mais profundo de sua existência, pois é nesta relação que ele se percebe em contato com o que há de mais originário e fundamental no ser humano: que ele é também um ser natural, que ele é um animal integrante da natureza, e percebe também que seu fundamento é ser re-apropriado pela *Phýsis*, pela natureza mais fundamental (no sentido grego) e aflorar não seu ser racional, mas seu ser sensível, sua sensibilidade enquanto animal que aprendeu a ter vontade.

Estas paixões pela luta contra a separação da relação direta dos homens com a terra, como dissemos acima, podem ser percebidas a partir dos integrantes do Movimento no Assentamento Ernesto Che Guevara, como, por exemplo, quando um de seus integrantes desde a ocupação se refere ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como a “coisa” mais parecida com justiça que já viu, ou

quando vemos nas trajetórias de vida de pessoas que tiveram sua vida no campo interrompida pelo alçoz avanço tecnológico, com isso embrenharam-se em um mundo diferente atrás do sustento para sua sobrevivência, fazendo de suas dificuldades a “ante-sala” para a formação de uma consciência de classe, reconhecendo-se como tal, fazendo muitas vezes de uma busca individual uma luta coletiva: “O progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhado, mas também o solo; e todo o aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes dessa fertilidade”. (MARX, 2010, p. 513)

Assim, ao final deste artigo, acreditamos que o problema da luta pela redistribuição fundiária no Brasil se justifica por este viés histórico que Marx e muitos marxistas procuraram teorizar e não pela ideologia burguesa do direito inalienável da propriedade privada das terras, hoje concentradas em poucas mãos.

Referências

- BANDECCHI, Brasil. **A origem do latifúndio no Brasil**. São Paulo: Ed. Fulgor, 1963.
- BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 1999.
- BRANDÃO, Elias. **História Social: da invasão do Brasil ao maxixe e lambari**. Maringá: Ed. Massoni, 2003.
- CAVALCANTI, Joaquin Nunes Coutinho. **Reforma agrária no Brasil: projeto brasileiro aplicado em Cuba, em vias de ser aplicado no Brasil**. São Paulo: Ed. Autores Reunidos, 1961.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.
- COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.
- COSTA, Maria Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.
- GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos Movimentos Sociais, paradigmas, clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Ed. Edições Loyola, 2004.
- GOLIN, Tau. **A fronteira: os tratados de limites Brasil – Uruguai – Argentina, os trabalhos democráticos, os territórios contestados e os conflitos na bacia da Prata**. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2004.
- GRAZIANO, Francisco. **A tragédia da terra: o fracasso a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Iglu editora Ltda. 1991.
- MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- _____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifesto do partido comunista**. [Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal]. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2006.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. [Tradução de Reginaldo Sant'ana]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2001.

MULLER, Ricardo Gaspar. Revisitando E. P. Thompson e a Miséria da Teoria, Florianópolis SC: Ed. **Revista Diálogos**. UEM, 2007.

NETO, Luiz Bezerra. **Sem - Terra aprende e ensina: Estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais**. Campinas: Ed. Autores associados, 1999.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva (org.). **Sociologia: consensos e conflitos**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

RUSS, Jaqueline. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Espicione, 1994, p. 48.

SANTOS, F; PETUBA, R. **Identidade em construção: experiências comuns de trabalhadores rurais sem terra nos Campos Gerais. (1970-2003)**. Ponta Grossa: Revista de História Regional, 2007.

SCOLESE, Eduardo. **A reforma agrária**. São Paulo: Ed. Publifolha, 2005.

SIGAUD, Don **Geraldo de Proença. Reforma agrária: questão de consciência**. São Paulo: Ed. Vera Cruz Ltda; 1962.

SILVA, Eni Ferreira. Sociologia: consensos e conflito. org. Rita de Cássia da Silva Oliveira, Ponta Grossa Ed. UPG, 2001, p. 91.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

STÉDILE, João Pedro e Frei Sergio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Ed. Pagina aberta Ltda; 1993.

STÉDILE, João Pedro e Bernardo Mançano Fernandes. **A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1996.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. Ed. Atual Ltda., São Paulo, 1997.

EFANIAK, Janeth Nunes. **Propriedade e função social: perspectivas do ordenamento jurídico e do MST**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2003.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho 1960 - 1980**. Porto Alegre: Ed. EST; 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado - história oral**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992

THOMPSON, E.P. **A formação da Classe Operaria Inglesa I: a árvore da liberdade.** São Paulo: Ed. Paz e Terra S/A, 1997.

THOMPSON, E.P. **A formação da Classe Operaria Inglesa II: a maldição de Adão.** São Paulo: Ed. Paz e Terra S/A, 2002.

TRUJILLO, Ferrari Afonso. **Fundamentos de Sociologia.** São Paulo: Ed. Mc Graw Hill do Brasil, 1993.

Recebido em: 22/11/2012

Aprovado em: 12/04/2013
